

Dora Kramer*

Erosão da imagem é obra coletiva

Não há dúvida sobre a necessidade de o Supremo Tribunal Federal promover um ajuste na conduta de magistrados que ferem a reputação da corte. Mas também é verdade que seus companheiros no pódio dos Poderes contribuem para a erosão de imagem do tribunal.

O presidente Edson Fachin não deixou margem para adiamentos na reabertura dos trabalhos do Judiciário ao reiterar compromisso com a adoção de um código de ética e entregar a relatoria à ministra Cármen Lúcia, uma inequívoca parceira no propósito.

Fachin foi certeiro ao ressaltar o papel da Justiça na guarda da democracia e contemporâneo ao constatar que “o momento agora é outro”. Hora de avançar no aperfeiçoamento institucional, uma tarefa que cabe ao Supremo e aos demais Poderes.

Se o STF ocupou lugar central, deveu-se também ao fato de encontrar espaço vazio para tal. Legislativo e Executivo têm parcela significativa de responsabilidade. Daí Fachin ter feito a chamada geral à “autocorreção” na repartição dos deveres republicanos.

O Parlamento banaliza suas prerrogativas quan-

do propõe impeachment de ministros do Supremo por impulso ideológico, tornando o ato banal e passível de ser ignorado. Vulgariza o cenário também ao conduzir sem rigor as sabatinas dos indicados pelo chefe do Executivo.

Já o presidente da República esvazia os requisitos constitucionais para o preenchimento das vagas ao estabelecer como critérios a proximidade, identidade e confiança pessoais. Trata o Supremo como mais um companheiro. Nos pronunciamentos de seus comandantes na volta do recesso, Congresso e Palácio estiveram muito distantes da convocação ao “aperfeiçoamento” feito por Fachin. Luiz Inácio da Silva (PT) fez propaganda de si, Davi Alcolumbre (União Brasil) reiterou a própria autoridade e Hugo Motta (Republicanos) apegou-se à defesa das emendas.

Uma pobreza. Coisa de quem não entendeu que a proposta do manual de ética não diz respeito à edição de um livrinho. É sugestão para mudança de paradigma na qualidade das instituições.

***Jornalista e comentarista de política**

Aristóteles Drummond

A excelência da diplomacia brasileira

O livro de memórias do embaixador Marcos Azambuja, organizado pelo embaixador Gelson Fonseca com base em depoimentos dados em diferentes ocasiões, é um testemunho da excelência de nossa diplomacia, incluindo quase meio século de presença do relevante diplomata na Casa de Rio Branco.

Marcos Azambuja nasceu e foi educado no meio do que existe de melhor no setor público brasileiro. Seu pai, Dario Azambuja, foi oficial de Marinha e optou pela Aeronáutica quando de sua criação, tendo chegado a Brigadeiro, titular de importantes funções na Força. E sua geração deu ao Brasil notáveis diplomatas com os quais lidou ao longo da carreira. Nomes da tradição de Frank Thompson Flores, Paulo Nogueira Batista, Paulo Tarso Flecha de Lima, os irmãos Leite Ribeiro, Rubens Ricupero, Marcílio Marques Moreira e outros.

Mais do que as embaixadas em Buenos Aires e Paris, a carreira o colocou em posições em que participou de momentos importantes e com os grandes da profissão.

Presta preciosos testemunhos os diplomatas que marcaram seu tempo como, Araújo Castro, Sérgio Corrêa da Costa, Azeredo da Silveira, Mário Gibson, destaca Vasco Leitão da Cunha e Pio Correa como grandes cabeças e acerta na definição dos presidentes desde Getúlio Vargas até Lula da Silva. Em todos, Azambuja viu as qualidades que efetivamente tinham, mas não esconde que a admiração maior foi

por Fernando Henrique Cardoso. Lembra de que nossa política externa ficou nas mãos dos quadros diplomáticos no governo do presidente Médici e registra a vontade autoritária do presidente Geisel, ao constranger a casa nos votos contra Portugal, e o sionismo, afrontando as relações com Portugal e os portugueses residentes no Brasil, assim como a parcela da sociedade que é israelita.

São raros testemunhos tão honestos em termos de isenção e de colocar opiniões independentemente do “politicamente correto” ou das correntes que se consideram donas da História. Nenhuma novidade para quem conheceu o grande diplomata, dono de encantadora conversa, convívio agradável, espírito alegre e leve.

O Itamaraty teve como um dos últimos dos moicanos na elegância do ser e conviver, que o fez também relevante por ter sido muito querido. A alta qualidade até há bem pouco da instituição, como aborda em determinado momento com clareza, vem dos diplomatas serem, na sua maioria, filhos e irmãos de diplomatas ou filhos ou netos de titulados do Império, onde não havia lugar para preconceitos pela mesma educação e cultura de todos, desde o Barão do Rio Branco a Joaquim Nabuco, que são as maiores referências desde sempre.

O responsável maior pela publicação, Gelson Fonseca, é dos mais admirados na carreira, mais moderno do que Marcos Azambuja, destaque em sua geração pela cultura, texto e maneira de pensar.

EDITORIAL

Instituições despertam para o ano eleitoral

O calendário institucional brasileiro se renova com o início dos trabalhos na Assembleia Legislativa, nas câmaras municipais e nos tribunais superiores, como o Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e o Supremo Tribunal Federal. Mais do que uma formalidade, esse recomeço marca o ritmo das decisões que irão influenciar diretamente a vida da população ao longo de um ano especialmente sensível: o ano eleitoral.

É neste período que projetos parados ganham fôlego, pautas estratégicas avançam e embates políticos se intensificam. Deputados estaduais, vereadores, ministros e demais autoridades retomam suas agendas sob os holofotes de uma sociedade mais atenta, que cobra resultados concretos e transparência. Em tempos de eleição, cada votação, cada discurso e cada posicionamento passam a carregar um peso ainda maior, funcionando, muitas vezes, como termômetro da atuação pública. Nos legislativos, tanto estadual quanto municipal, o desafio é equilibrar interesses políticos com demandas urgentes da população. Mobilidade urbana, saúde, educação, segurança e infraestrutura costumam dominar os debates, enquanto parlamentares buscam mostrar serviço a seus eleitores. Já no Judiciário, especialmente nas cortes superio-

res, decisões podem impactar diretamente o cenário político, seja ao definir regras eleitorais, julgar ações de grande repercussão ou estabelecer entendimentos que influenciam políticas públicas.

A importância desse início de ano institucional vai além da retomada das sessões. Trata-se de um momento em que se desenha o tom dos próximos meses, com articulações, alianças e disputas que tendem a se intensificar conforme o calendário eleitoral avança. Para a democracia, é fundamental que esses espaços de poder atuem com responsabilidade, respeitando a legalidade e priorizando o interesse coletivo.

Em um ano de escolhas nas urnas, o funcionamento pleno e transparente dos órgãos de poder é peça-chave para garantir um processo eleitoral justo e equilibrado. Cabe à sociedade acompanhar de perto, fiscalizar e participar do debate público, entendendo que as decisões tomadas agora terão reflexos diretos no futuro político e social do país. O ano começa oficialmente nos corredores do poder, e o que se constrói ali pode definir muito mais do que mandatos: pode moldar os rumos do Brasil. As eleições 2026 acontecem em outubro para os cargos de presidente da república, de senadores, deputados federais e estaduais e governadores.


Opinião do leitor

Alice

O Brasil orou por Alice. A fibra da solidariedade é forte e cativante. Dentro da noite fria e longa, o choro saia fraco. Apenas para a mãe dela, chorosa e aliviada Karine, Alice contará o que passou. Alice foi encontrada deitada, sonolenta, entre folhas e gravetos caídos do céu especialmente para cuidar dela.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO ESPANHOL DEVE PRENDER AVIADOR RAMON FRANCO

As principais notícias do Correio da Manhã em 4 de fevereiro de 1931 foram: Mau tempo nas ilhas Canárias impede a continuação da viagem de Gago Coutinho em mais uma travessia pelo Atlântico. Foram fuzilados na Argentina os anarquistas italianos Severino Di Giovanni e Paulino Scarfo. Anuncia-se que o governo espanhol deve pedir a prisão perpétua ao aviador Ramon Franco.

HÁ 75 ANOS: CHINA DIZ QUE RESOLUÇÃO DA ONU CONDENA PROPOSTAS DE PAZ

As principais notícias do Correio da Manhã em 4 de fevereiro de 1951 foram: Nova ofensiva das tropas Aliadas deixam várias baixas nas forças comunistas. China Comunista diz que resolução da ONU encerrou qualquer possibilidade de acordo na Coreia. Negrão de Lima assume o Ministério da Justiça. Vargas vem ao Rio de Janeiro prestigiar os primeiros desfiles do carnaval.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.